



Processo 005/2020

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS TIPO MELHOR PREÇO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO, ORGANIZAÇÃO, LANÇAMENTO PATRIMONIAL NOS TERMOS DESTES EDITAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACIQUE DOBLE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, **QUE NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2020 ÀS 09H, HORÁRIO DE BRASÍLIA**, na sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Kaingang, 292, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações com a finalidade de receber propostas **para a contratação de serviços de empresa especializada em levantamento, organização, lançamento patrimonial**, nos termos estipulados neste Edital.

1. OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação serviços de levantamento patrimonial municipal nas especificações a seguir:

Serviço de Assessoria Técnica, auditoria, organização, revisão do cadastro patrimonial, imobilização do ativo imobilizado permanente de bens móveis do município, realização processo de tombamento patrimonial nos devidos setores, avaliação e reavaliação amortização com redução ao valor recuperável e reconhecimento das perdas e/ou ganhos na contabilidade, cálculo de depreciação, auxílio no lançamento atualizado no sistema municipal, orientação e auxílio na organização documental dos bens imóveis do município, visando futura avaliação, os serviços deverão estar de acordo com o previsto nas respectivas normas técnicas como: MCASP, PCASP NBCT, ABNT/NBR.

1.1.1. Deve-se observar ainda o disposto no plano de trabalho constante no anexo VI do presente edital.

1.1.2. O licitante vencedor deverá disponibilizar um profissional que de maneira presencial irá realizar os levantamentos ora descritos no objeto, juntamente com servidor designado.

ITENS PATRIMONIAIS ESTIMADOS EM APROXIMADAMENTE 10.000 ITENS

2. DO PRAZO PARA ENTREGA:

2.1. Após a assinatura do contrato, o licitante vencedor terá o prazo de 6 meses para execução dos serviços.



3. FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será realizado em seis parcelas mensais e consecutivas, com o primeiro pagamento 30 dias após o início dos trabalhos.

3.2. O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta corrente indicada de titularidade da CONTRATADA, ficando as tarifas bancárias, se houver, por conta do prestador de serviço.

4. DO CADASTRO:

4.1. Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas, ou seja, **12 de FEVEREIRO DE 2020 ÀS 17H**, e mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro na Junta Comercial, em caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo em vigor, ata da Assembleia Geral Extraordinária referente ao atual Capital Social, registrado e atualizado em Assembleia Geral Ordinária referente a atual administração, para sociedades por ações;

c) Estatuto Social, Contrato Social ou Consolidação do Contrato Social e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial, para a sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou ilimitada;

d) Prova de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

f) Em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, estas deverão apresentar **declaração assinada pelo contador da empresa e/ou certidão simplificada da Junta Comercial** que comprove sua condição, a não apresentação deste documento se entenderá como que a empresa não seja micro empresa ou empresa de pequeno porte, para efeitos de habilitação e julgamento de proposta.



4.1.3. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do Estado da sede/matriz;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal do Município de domicílio ou Sede do Licitante;
- d) Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certidão de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.

4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **Comprovação que a empresa possui em seu quadro de pessoal profissional com Registro no CRA – Conselho Regional de Administração e/ou CRC – Conselho Regional de Contabilidade. A vinculação do profissional com a licitante poderá ser:**
 - a1) **sócio** – apresentação do contrato social e da certidão de registro do profissional;
 - b2) **funcionário** – apresentação do Registro na Carteira de Trabalho e/ou Registro no Livro/Ficha de Registro de Empregados, GFIP da última competência com comprovante de transmissão;
 - b3) **contratado** – cópia do contrato devidamente Registrado no Conselho Regional de Administração;
- b) Comprovação, através de Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que a licitante executou serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que fica limitado na forma do inciso I, §1º, do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, cujas parcelas de maior relevância e valor significativo, ou no caso em que a empresa apresente apenas a Certidão de Acervo Técnico, nesta documentação tem que comprovar os serviços de características técnicas similares às do objeto licitado com indicação do responsável técnico.
- c) **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, fornecido pelo Município de Cacique Doble, comprovando QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE** visitou o Município e tomou das condições do patrimônio a ser cadastrado nos termos do objeto do edital.



Obs: As visitas serão conduzidas por servidor designado, e deverão ser realizadas até a data de **12 DE FEVEREIRO DE 2020**, impreterivelmente, as mesmas deverão ser agendadas previamente com no mínimo 48 horas de antecedência pelo telefone: (54) 3552-1244 - Setor Licitações/Contratos.

4.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DEMAIS DECLARAÇÕES:

a) **Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (2018 ou 2019)**, assinada pelo responsável técnico (contador) e pelo administrador da empresa, devendo juntar, inclusive, **cópias dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta comercial do respectivo estado.**

OBS 1: Para empresas que adotem o sistema de contabilidade através do **SPED CONTÁBIL**, a apresentação do balanço **podará ser substituída pelo comprovante de transmissão do SPED** e suas respectivas fichas preenchidas, impressas diretamente do sistema;

OBS 2: Para empresas que estejam incluídas no **SIMPLES NACIONAL**, a apresentação do balanço **podará ser substituída pela apresentação do comprovante de transmissão da DEFIS** - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – com suas respectivas fichas preenchidas, impressas diretamente do sistema;

OBS 3: Caso a empresa tenha iniciado as atividades no ano de 2018 e / ou 2019, **podará ser substituída pela apresentação pelo Balço Inicial;**

OBS. 4: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b) - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 dias da data designada para a apresentação do documento;

4.1.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no cadastramento, **declaração, firmada por contador, e/ou certidão simplificada da Junta Comercial** que comprove sua condição de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.1.7. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.



4.1.8. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.1.6, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

4.1.9. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.1.10. O prazo de que trata o item 4.1.8 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.1.11. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.1.8, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.1.12. A documentação necessária para cadastro poderá ser substituída por Registro Cadastral emitido por qualquer outro órgão ou entidade pública desde que esteja em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/93 e no presente edital.

4.1.13. Os documentos exigidos emitidos pelo órgão responsável através da Internet, terão sua autenticidade conferida na Internet antes da emissão do cadastro de fornecedor. Os demais documentos, se não forem apresentados em originais, deverão ser autenticados em cartório, ou por servidor da Comissão de Cadastro.

4.1.14. Somente será emitido o CRC, cujos documentos estejam dentro do prazo de validade.

4.1.15. No caso de vencimento de algum dos documentos do Certificado de Registro Cadastral, este(s) poderá (ão) ser anexado(s) ao registro, antes do horário da abertura, conforme preâmbulo deste Edital, desde que seja original, autenticado em cartório ou conferido por servidor do Município, não sendo necessário a expedição de novo certificado cadastral, desde que este não esteja vencido.

4.1.16. O CRC estará disponível com a Secretaria de Administração na Prefeitura de Cacique Doble, até 2 (dois) dias úteis, contados do dia do protocolo dos documentos, desde que os mesmos sejam apresentados de acordo com as solicitações deste Edital. O CRC não será enviado por fax.



4.1.17. Na emissão de CRC para microempresas ou empresas de pequeno porte será observada a Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006, Art. 43, desde que as mesmas estejam devidamente identificadas por declaração, conforme item 4.1.6.

5. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

5.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º 1 e n.º 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
TELEFONE DE CONTATO
E-MAIL
CNPJ

AO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
TELEFONE DE CONTATO
E-MAIL
CNPJ

5.2. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

- a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) atualizado (fornecido pelo Município);
- b) se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, conforme Anexo I (firma reconhecida);
- c) Comprovação de que a Empresa **NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA** para contratar com o serviço público, nos termos do **Anexo II**;
- d) Declaração que a Licitante **não emprega menores de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (Anexo IV); conforme Decreto N° 4.358 de 5 de setembro de 2002;



e) A empresa licitante o poderá encaminhar por escrito junto ao envelope n.º 01 da habilitação, a Declaração de Recusa do Prazo Recursal Relativo a Fase de Habilitação conforme modelo, **Anexo IV** deste Edital.

5.3. O envelope n.º 02 deverá conter:

- a) **Proposta Financeira**, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal da empresa, mencionando o preço por item, **devendo ser cotado o PREÇO GLOBAL DOS SERVIÇOS**, conforme descrito no item 1.1 deste edital.
- b) **Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias**, caso a empresa não mencione na proposta, será assim subentendido.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6. DO JULGAMENTO

6.1. Esta licitação é do tipo *MENOR PREÇO* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora.

6.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços;

6.2.1. Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

6.3. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei n.º 8.666/93.

6.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.1.6, deste edital.



7.1.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

7.1.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

7.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de dois dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 4.1.6 deste edital, a apresentação de nova proposta, na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

7.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.4. O disposto nos itens 7.1 à 7.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 4.1.6, deste edital).

7.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

8.1. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

9. DOS RECURSOS

9.1. O licitante e/ou qualquer cidadão poderá protocolar pedido de impugnação ao presente Edital, fundamentando seus motivos, dentro dos prazos previstos no **art. 41 da Lei 8.666/93**.



9.2. Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da **data de publicação da decisão ou ato da Comissão de Licitação ou da lavratura da Ata**, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;

9.3. Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” terão efeitos suspensivos, a autoridade competente poderá motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir, aos recursos impostos nos demais casos, eficácia suspensiva, os recursos acima referidos deverão ser dirigidos a Comissão de Licitação, protocolados na Secretaria da Administração, não sendo aceito a distribuição em nenhum outro órgão municipal. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da Secretaria encarregada, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir devidamente informado, neste caso a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pela autoridade superior.

9.4. O recurso deve observar os seguintes requisitos:

- a) Ser digitado e devidamente fundamentado;
- b) Ser assinado por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado;
- c) Ser protocolado tempestivamente da Secretaria Municipal da Administração.

9.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento por escrito aos interessados.

9.6. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a promotora, aquele licitante que tendo aceito sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, possibilidade de falhas ou irregularidades que entenda o tenham viciado, hipótese em que tal manifestação não terá efeito de recurso.

9.7. Recurso intempestivo será considerado nulo.

10. DOS PRAZOS E DA GARANTIA

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de até dez dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

10.2. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato



e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

11. DAS PENALIDADES

11.1. multa de R\$750,00 (setecentos e cinqüenta reais) por dia de atraso, limitado esta a 15 dias, após o qual será considerado inexecução contratual.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

12.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n° 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0401	Secretaria Municipal Fazenda
2012	Manutenção Atividades Fazendárias
339039	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

14. DOS RECURSOS

14.1. A presente licitação decorre dos recursos próprios municipais.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

15.2. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei n.º 8.666/93).

15.5. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cacique Doble

15.6. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79, da Lei n.º 8.666/93.

15.7. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital: I- Carta Credencial; II – Declaração de Idoneidade; III – Declaração que não emprega menores de idade; IV – Recusa ao Direito de Interpor Recurso na fase de Habilitação; V - Minuta do Contrato; VI – Plano de Trabalho. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 07horas às 13 horas, na Prefeitura Municipal de Cacique Doble, na Secretaria da Administração, localizada na Av. Kaingang, n.º 292, Cacique Doble, RS, pelos seguintes endereços de e-mail: licitacao@caciquedoble.rs.gov.br ou adm@caciquedoble.rs.gov.br e ainda por telefone: (54) 3552-1244.

Cacique Doble, RS 28 de Janeiro de 2020.

LUIZ ANGELO DEON,
Prefeito Municipal Em Exercício.

Registre-se e publique-se

Josimar Navarini,
Secretário da Administração.

Este procedimento licitatório foi juridicamente analisado e formalmente aprovado, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.



ANEXO I

CARTA CREDENCIAL

Ao Município de Cacique Doble
A/C Comissão Permanente de Licitação,

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal da Empresa vem pela presente, informar que o Sr., inscrito no RG sob o nº, é a pessoa designada para acompanhar os trabalhos de abertura dos envelopes “1” e “2”, da referida licitação, podendo para tal, assumir todas as responsabilidades advindas desse evento, tais como rubricar propostas e documentos, apresentar reclamações, impugnações, recursos e assinar atas, inclusive renunciar ao direito de recurso ou reivindicá-lo.

Atenciosamente,

_____, de _____ de _____

Cacique Doble

Crescendo com você

Adm. 2017/2020





ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____ não foi inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

_____, de _____ de _____

Cacique Doble

Crescendo com você

Adm. 2017/2020





ANEXO III

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermediário de seu representante
legal o(a) Senhor(a) _____, portador da
carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para o fim
do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os maiores de 14
anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____

Cacique Doble

Crescendo com você

Adm. 2017/2020





ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RECUSA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO
NA FASE DE HABILITAÇÃO

A empresa _____
por seu representante legal, abaixo assinado, ciente das prerrogativas referentes ao direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações, DECLARA NÃO TER INTERESSE DE FAZER USO DO REFERIDO DIREITO, desta forma, renunciando e autorizando a Comissão Permanente de Licitações a prosseguir a segunda fase deste processo licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes.

_____, _____ de _____ de _____

Cacique Doble

Crescendo com você

Adm. 2017/2020





ANEXO V

CONTRATO 0.../2019

O presente contrato segue as determinações da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e as condições constantes no Edital Tomada de Preços nº 001/2020, do qual é instrumento vinculado em suas regras e condições e tem como partes:

CONTRATANTE - **MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ sob o nº 87.613.600/0001-03**, inscrição estadual nº **178/000 3290**, com sede administrativa na Av. Kaingang, 292, nesta cidade de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 820.304.480-87 e RG sob o nº 6074076511, residente e domiciliado da Linha São Joãozinho, Interior, Município de Cacique Doble de ora em diante denominado unicamente "**CONTRATANTE**".

CONTRATADA:.....

As partes contratantes, de comum acordo estabelecem entre si este contrato, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação serviços de levantamento patrimonial municipal nas especificações a seguir:

Serviço de Assessoria Técnica, auditoria, organização, revisão do cadastro patrimonial, imobilização do ativo imobilizado permanente de bens móveis do município, realização processo de tombamento patrimonial nos devidos setores, avaliação e reavaliação amortização com redução ao valor recuperável e reconhecimento das perdas e/ou ganhos na contabilidade, cálculo de depreciação, auxílio no lançamento atualizado no sistema municipal, orientação e auxílio na organização documental dos bens imóveis do município, visando futura avaliação, os serviços deverão estar de acordo com o previsto nas respectivas normas técnicas como: MCASP, PCASP NBCT, ABNT/NBR.

1.1.1. Deve-se observar ainda o disposto no plano de trabalho constante no anexo VI do presente edital.

1.1.2. O licitante vencedor deverá disponibilizar um profissional que de maneira presencial irá realizar os levantamentos ora descritos no objeto, juntamente com servidor designado.

CLÁUSULA 2 – PREÇO

2.1 – O preço a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente ao objeto descrito na Cláusula Primeira é de R\$



CLÁUSULA 3 - DO PRAZO PARA ENTREGA:

3.1 - Após a assinatura do contrato, o licitante vencedor terá prazo de 6 (seis) meses para a execução dos serviços

CLÁUSULA 4 – FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado em seis parcelas mensais e consecutivas, com o primeiro pagamento 30 dias após o início dos trabalhos.

4.2. O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta corrente indicada de titularidade da CONTRATADA, ficando as tarifas bancárias, se houver, por conta do prestador de serviço.

CLÁUSULA 5 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato vigorará por 06 (SEIS) MESES a contar da data de sua assinatura, podendo ser revogado ou aditivado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 6 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 – As despesas decorrentes da execução da presente correrá à conta de dotações orçamentárias próprias.

0401	Secretaria Municipal Fazenda
2012	Manutenção Atividades Fazendárias
339039	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 7 – DOS RECURSOS

7.1 - A presente licitação é decorrente de recursos próprios do orçamento municipal.

CLÁUSULA 8 – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

8.1 - A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

8.2 - A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

CLÁUSULA 9 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DOS DIREITOS:

9.1.1. Do **CONTRATANTE**: receber o material segundo forma e condições ajustadas;

9.1.2. Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.



9.2 – DAS OBRIGAÇÕES:

9.2.1 – DO CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do valor ajustado;
- b) fiscalizar a entrega do material, comunicando a CONTRATADA qualquer irregularidade, para que possa saná-la;
- e) Atuará como fiscal desde contrato o Senhor Valdemar Silvio Vazem

9.2.2 – DA CONTRATADA:

- a) entregar o material na forma ajustada;
- b) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contato, quando houver;
- d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA 10 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA 11 – DA RESCISÃO

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.2 – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA 12 – SANÇÕES E MULTAS

12.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:

12.2 - Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

12.3 - Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2.000,00 (dois mil reais).

12.4 - multa de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) por dia de atraso, limitado esta a 15 dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

12.5 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.6 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador de serviço em virtude de penalidade e / ou inadimplência no fornecimento.

Observação: As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 1 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.



12.7 - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA 13 – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 – O presente contrato admite termos aditivos para eventuais alterações, respeitando a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos.

CLÁUSULA 14 – RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, sem que sejam obrigados a responder por ônus ou prejuízos resultantes.
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.2 - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo às multas aplicadas.

14.3 - Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de idoneidade e suspensão do direito de contratar.

CLÁUSULA 15 - VINCULAÇÃO AO EDITAL

15. Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA 16 – DA PUBLICAÇÃO

16. O presente contrato será publicado, por extrato, no saguão da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA 17 – ESCLARECIMENTOS E CONSULTAS

17.1 – As consultas e esclarecimentos deverão ser feitas por escrito e registradas em protocolo geral, e sua resposta será obtida da mesma forma.

CLÁUSULA 18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Aplicam-se, no que couber os art. 77, 78, 79, 80, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, para todos os efeitos legais.

18.2 - Durante toda a execução do Contrato, a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento.



CLÁUSULA 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 – Somente poderão assinar documentos, apresentar reclamações, acordar ou alterar, em quaisquer condições, os representantes signatários deste termo, por si ou através de instrumento de procuração na forma da Lei, que deverá ficar fazendo parte integrante do processo licitatório que gerou este contrato.

19.2 – Será competente para dirimir controvérsias o Foro de São José do Ouro, não podendo ser indicado outro, por mais privilegiado que possa ser.

Este contrato é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas instrumentais na forma da legislação em vigor, para que surta seus jurídicos e reais efeitos.

Cacique Doble, _____ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
xxxxxxxxxx - Prefeito

Contratada

Testemunhas: _____ Adm. 2017/2020



ANEXO VI PLANO DE TRABALHO

1 - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- a) Conhecendo a Prefeitura e os envolvidos na Cadeia de Valor;
- b) Entrevista com os envolvidos;
- c) Coleta de insumos gerais (listagem dos bens, saldos contábeis, outros documentos relacionados a gestão de bens)

1.2 DOS BENS MÓVEIS

- a) Análise dos insumos (listagem física de bens móveis);
- b) Da apuração dos saldos contábeis;
- c) Classificação individual no PCASP TCE mínimo 2019
- d) Do confronto entre o físico x contábil e apuração de possíveis inconsistências;
- e) Identificação de materiais registrados no ativo imobilizado na condizente com a natureza permanente;
- f) Levantamento físico e verificação da carga geral dos bens patrimoniais (mobiliários, veículos, Equipamentos e imóveis);
- g) Identificação de materiais inservíveis e/ou desaparecidos para baixa, desfazimento e ajuste na contabilidade;
- h) Numeração e identificação da condição física do bem (Excelente, Bom, Regular, Péssimo);
- i) Da aplicação da Avaliação individual de preços de mercado nos bens móveis permanentes em úteis/uso;
- j) Apuração dos resultados analíticos individuais e consolidados, por classe contábil, avaliados e os respectivos ajustes (positivos / negativos) decorrente dos ajustes para ajustamento contábil;
- k) Adequação da listagem final de bens ajustados/produção (“outputs”) ao layout da empresa de tecnologia da informação visando migração sistema.

1.3 – ANÁLISE DOS BENS IMÓVEIS

- a) Auxílio na coleta e análise da documentação;
- b) Digitação dos dados e criação de banco de dados com informações atualizadas;
- c) Confrontação do saldo contábil com o total de bens existente;
- d) Elaboração de relatório com situação atual.

1.4 – ANÁLISE E ORIENTAÇÃO PARA DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO –NBC T

- a) Análise, orientação e aplicação da forma de aplicação da depreciação em formato linear, adotado pelo poder público, individual e por classe contábil, obedecidos os critérios da



Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade, quanto ao prazo de vida útil e valor residual, por classificação dos bens.

1.5 – ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PARCIAIS E GERAL CONSOLIDADO

a) Os relatórios parcial e final conterão todas as informações relativas às etapas de execução, a metodologia aplicada, informações originais e ajustadas, decisões das reuniões parciais de alinhamento, estatísticas dos dados do Ativo Imobilizado, as orientações e fornecimento de dados para ajustamento interno.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Desenvolver o objeto através do seu quadro técnico e funcional, repassando a metodologia para as lideranças e respondendo os questionamentos a respeito do modelo de gestão. O processo terá início com o diagnóstico conjunto das necessidades do município e participação direta do consultor. O projeto de consultoria deverá ser adaptado à realidade do ente, isto faz com que se extraia o máximo de resultados ao se investir neste trabalho.

b) Fornecer, quando necessário, profissionais qualificados para a execução satisfatória do objeto. Dedicar-se ao projeto até a sua efetiva conclusão, dentro dos padrões de qualidade e excelência. Sem prejuízo de dispor de pelo menos um profissional, que de forma presencial irá fazer o levantamento junto aos setores.

c) Promover ações corretivas para o ajustamento dos dados da Prefeitura.

d) Prestar regularmente assessoria presencial, provendo e acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos junto aos profissionais da prefeitura.

e) Promover a transferência completa de conhecimento aos profissionais envolvidos nos processos relacionados ao objeto.

f) Zelar pelo nome da CONTRATANTE no âmbito das atividades desenvolvidas, em conformidade com o Princípio da Confidencialidade.

g) Responsabilizar-se pelos pagamentos de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do projeto, no que couber.

h) Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de deslocamento e alimentação dos consultores e fornecer à CONTRATANTE todas as Certidões Negativas e Declarações relacionadas a obrigações trabalhistas, fiscais e judiciais.

i) Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, informações gerais sobre o andamento dos trabalhos, em conformidade com as etapas estabelecidas na presente proposta.



4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fornecer à CONTRATADA todas as informações técnicas operacionais necessárias para o desenvolvimento do objeto e execução dos serviços. Documentar e dados gerais dos bens permanentes valorados, individual e global, a localização, os saldo contábil das contas de Ativos Imobilizados divididos por classe e global;
- b) Disponibilizar infraestrutura para o acolhimento do (s) consultor durante a execução presencial dos serviços previstos no objeto, exceto os já estipulados no edital e neste Plano.
- c) Efetuar os pagamentos de direito da CONTRATADA até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da NFe, desde que cumprida as obrigações.
- d) Zelar pelas informações, dados e logística aplicada pela CONTRATADA, referente a execução do objeto.

5. O PRESENTE PLANO DE TRABALHO FICARÁ EM ANEXO, TAMBÉM, AO TERMO CONTRATUAL.

Cacique Doble
Crescendo com você
Adm. 2017/2020